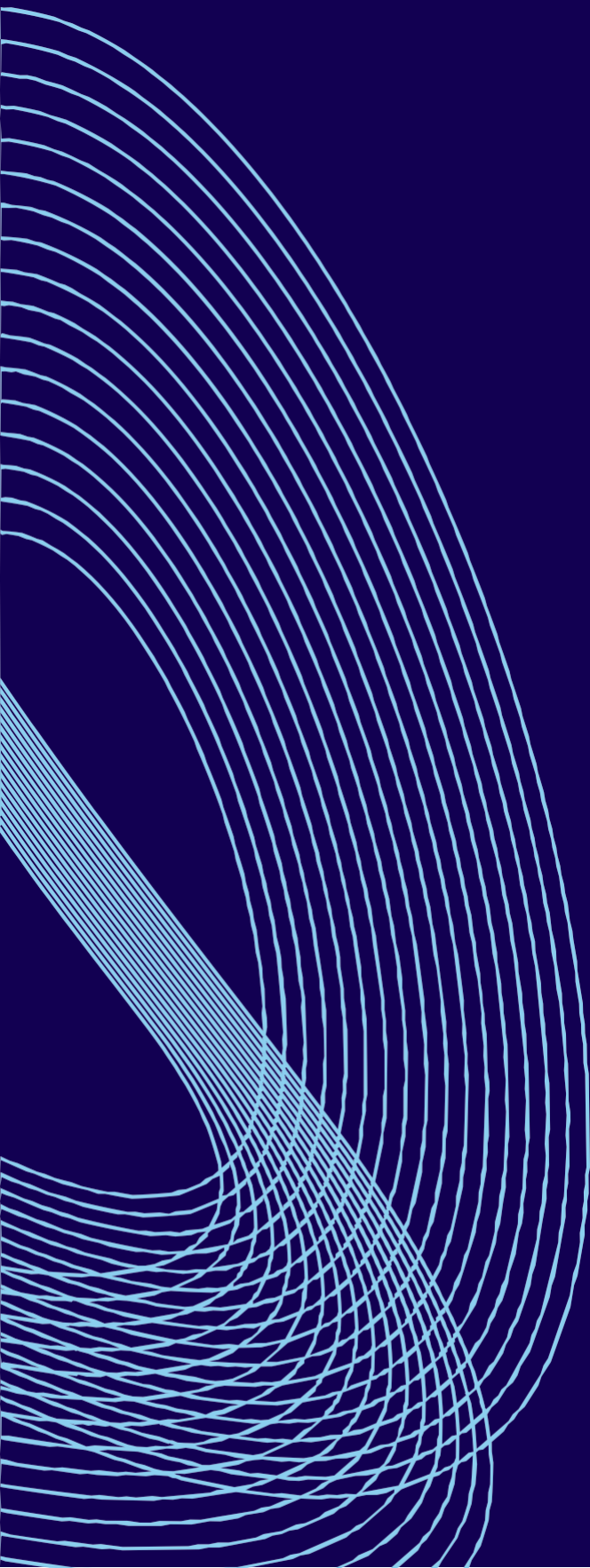


PLANO DE AÇÃO 2026

PROCURADORIA
JURÍDICA



DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Washington Costa de Albuquerque

Procurador-Chefe

Elton da Costa Ferreira

Diretor de Administração e Finanças

Arão Abrahão da Silva

Diretor de Previdência

Marcos Antônio de Souza

Diretor de Proteção Social dos Militares

Cel. Sérvio Túlio Gonçalves Estácio

Belém-Pará

2026

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

Procuradoria Jurídica

Procurador Chefe: Elton da Costa Ferreira

Coordenadoria do Consultivo

Coordenadora: Milene Cardoso Ferreira

Coordenadoria do Contencioso

Márcio Braga da Costa Júnior

Coordenadoria do Executivo

Diego da Silva Costa

Núcleo de Planejamento

Coordenadora: Tania Sueli do Rosário Correa

Silvia Caroline Maciel de Oliveira

Íris Solange Pereira de Castro Raiol

José Maurício Vieira Barata Júnior

Renata Alves de Souza Faciola

Agenda Assessoria

Pedro Arthur Pereira Albuquerque

Vinícius Wanis Corrêa Santos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1 Procuradoria Jurídica – Projur	6
2 Coordenadoria do Consultivo – CCONS	7
3 Coordenadoria do Contencioso – CCON.....	8
4 Coordenadoria de Execução – CEXEC	9
5 Coordenadoria de Execução - COEX.....	10

APRESENTAÇÃO

O alcance dos resultados almejados por uma organização, aliado ao aprimoramento da gestão e ao fortalecimento da governança, está intrinsecamente relacionado a um processo estruturado de planejamento, ao estabelecimento de objetivos e metas estratégicas e ao seu acompanhamento sistemático, com vistas à implementação, avaliação e aperfeiçoamento contínuo das ações em cada exercício.

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS) objetiva assegurar a efetiva concretização do direito à previdência dos servidores públicos estaduais e a cobertura dos riscos sociais da categoria militar estadual, de forma sustentável, eficiente e transparente, bem como consolidar-se como referência nacional na gestão de Regime Próprio de Previdência Social.

Nesse contexto, o Plano de Ação Anual – PAA configura-se como instrumento formal de desdobramento, aprimoramento e monitoramento contínuo do Planejamento Estratégico do IGEPPS, uma vez que operacionaliza, em bases anuais, as diretrizes estratégicas previamente definidas. É por meio do PAA que são elencadas as ações setoriais a serem implementadas ou aperfeiçoadas a cada ano, com a definição de objetivos, metas, responsáveis e periodicidade, possibilitando a tradução da estratégia institucional em iniciativas concretas e mensuráveis.

Dessa forma, o PAA permite orientar de maneira mais precisa a atuação de cada diretoria, bem como de suas respectivas coordenadorias e gerências, além de propiciar uma visão sistêmica dos resultados alcançados, subsidiando a avaliação de desempenho, a correção de rumos e o aperfeiçoamento contínuo da gestão institucional.

Essa ferramenta assegura, ainda, o alinhamento às diretrizes da administração pública estadual, a identificação e mitigação prévia de eventuais obstáculos ou impedimentos à execução das ações, bem como a melhoria da performance institucional, considerando as condições internas de viabilidade do IGEPPS e os fatores externos que podem influenciar a execução das atividades

planejadas e, por conseguinte, a qualidade dos serviços prestados aos beneficiários do regime e aos usuários em geral.

Apresentam-se, a seguir, os objetivos estratégicos a serem alcançados no exercício corrente, cujas atividades serão acompanhadas e monitoradas periodicamente pelo Núcleo de Planejamento (Nuplan), com o propósito de avaliar a execução e a efetividade do Plano de Ação Anual, tanto em sua dimensão global quanto no detalhamento por diretoria e setor, contribuindo para o alcance dos resultados estratégicos e para o fortalecimento do ciclo contínuo de planejamento, monitoramento e aprimoramento da gestão do IGEPPS.

1 Procuradoria Jurídica – Projur

Objetivo	Meta	Justificativa	Atividade	Início Previsto	Periodicidade
				Término Previsto	
Aumentar a eficiência na execução dos serviços prestados de modo transparente	Realizar o controle mensal de envio de 40% dos pareceres e manifestações produzidas.	Redução do quantitativo de judicializações das demandas de massa após a aplicação das súmulas internas	Intercambiar as informações entre este IGEPPS e outros órgãos do Estado relacionados aos processos desta PROJUR e do Instituto	05/01/2026	Anual
				31/12/2026	
	05/01/2026				
	Analisar 40% das minutas dos termos de celebrações de convênios	Aumento da economicidade dos valores impugnados em execução	31/12/2026		
	Analisar 40% dos processos de recuperação de crédito. Realizar mutirões visando o aumento em 20% o valor recuperado em relação ao ano anterior.		05/01/2026		
			Reestruturação e Aperfeiçoamento da atividade de recuperação de créditos de recuperação de crédito	31/12/2026	
	Aumentar em 50% a economicidade dos valores impugnados em execução	Prevenir as perdas de valores e manter o equilíbrio financeiro do Fundo Previdenciário		05/01/2026	
				31/12/2026	

2 Coordenadoria do Consultivo – CCONS

Objetivo	Meta	Justificativa	Atividade	Início Previsto	Periodicidade
				Término Previsto	
Estruturar a demonstração de resultados procedimentos administrativos	Elaborar 04 (quatro) relatórios de produtividade e organização das peças jurídicas catalogadas, em 2026.	Atribuir transparência e controle dos resultados alcançados.	Aperfeiçoar o relatório de produtividade seguindo o padrão instituído.	05/01/2026	Anual
				31/12/2026	
Estabelecer a intercambialidade entre IGEPPS e outros órgãos do Estado relacionados aos processos da PROJUR	Atualizar 01 (um) fluxo do Consultivo/IGEPPS e PGE.	Atribuir segurança e controle de produção das peças jurídicas	Realizar o gerenciamento do sistema eleito (ferramenta FTP/PGE)	05/01/2026	
				31/12/2026	
Reestruturar e Aperfeiçoar a atividade de recuperação de créditos	Analisar 100% dos processos de recuperação de crédito	Prevenir as perdas de valores e manter o equilíbrio financeiro do Fundo Previdenciário	Conclusão de análise dos processos de recuperação de crédito	05/01/2026	
				31/12/2026	
	Alcançar 50% de acordos nos processos analisados como aptos a cobrança a partir de 2026		Acordos Realizados	05/01/2026	
				31/12/2026	

3 Coordenadoria do Contencioso – CCON

Objetivo	Meta	Justificativa	Atividade	Início Previsto	Periodicidade
				Término Previsto	
Intercambiar informações entre o IGEPPS e outros órgãos relacionados aos processos da PROJUR	Analisar 100% das minutas dos termos de celebrações de convênios dentro do período recomendado	Assegurar a conformidade jurídica e a celeridade na celebração dos convênios do IGEPPS.	Concluir a análise dos termos de celebrações de convênios	05/01/2026	Anual
				31/12/2026	
	Realizar 100% do controle mensal de envio de pareceres e manifestações (dentro do período recomendado) produzidas em 2026	Melhor comunicação e controle de informações relacionadas aos processos da PROJUR	Controle mensal de envio de pareceres e manifestações	05/01/2026	
				31/12/2026	

4 Coordenadoria de Execução – CEXEC

Objetivo	Meta	Justificativa	Atividade	Início Previsto	Periodicidade
				Término Previsto	
Melhorar os fluxos internos de modo a reduzir o quantitativo processual	Redução em 10% do quantitativo de judicializações das demandas de massa após a aplicação das súmulas internas a partir de 2025	Reduzir o volume de demandas judiciais por meio da padronização de entendimentos jurídicos.	Redução do quantitativo de judicializações das demandas de massa comparado com o mesmo período do ano anterior	05/01/2026	Anual
				31/12/2026	
Reestruturar e Aperfeiçoamento da atividade de recuperação de créditos de recuperação de crédito	Aumentar em 50% a economicidade dos valores impugnados em execução a partir de 2024	Ampliar a eficiência econômica da atuação jurídica na recuperação de créditos do Instituto.	Aumento da economicidade na impugnação de processos	05/01/2026	
				31/12/2026	
Aumentar a eficiência na execução dos serviços prestados de modo transparente	Gerenciar, calcular e atualizar monetariamente 100% dos processos judiciais para impugnação, precatórios e RPV's que ingressarem nos respectivos subsectores	Assegurar a correta atualização monetária e a transparência na gestão dos processos judiciais.	Genciamento, cálculo e atualização monetária dos processos judiciais para impugnação, precatórios e RPV's que ingressarem nos respectivos subsectores	05/01/2026	
				31/12/2026	

5 Coordenadoria de Execução - COEX

Objetivo	Meta	Justificativa	Atividade	Início Previsto	Periodicidade
				Término Previsto	
Aumentar a eficiência na execução dos serviços prestados de modo transparente	Elaborar cálculo de 100% dos processos judiciais que ingressarem no subsetor de impugnação		Distribuir de forma isonômica os processos judiciais entre os técnicos calculistas, de modo a evitar sobrecarga de trabalho, síndrome de burnout e, consequentemente, prejuízos financeiros ao IGEPPS	08/01/2025	Anual
			Trabalhar com metas de produtividade, visando alcançar melhores resultados ao Instituto, sem prejuízo da saúde física-mental dos servidores	30/12/2025	
	Realizar o Cálculo e a atualização monetária de 100% das requisições de pequeno valor (RPV"s) que ingressarem no subsetor do RPV			08/01/2025	Anual
			Realizar reuniões semanais, com o objetivo de alinhar o corpo técnico às demandas do setor, visando sempre a eficiência das funções realizadas e a entrega de resultados à população	30/12/2025	
	Gerenciar, calcular e atualizar monetariamente 100% dos precatórios Judiciais que ingressarem no subsetor do precatório			08/01/2025	Anual
			Desenvolver e implantar o módulo de precatório no SISCALC	30/12/2025	